

---

## ALGUMAS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DETERMINANTES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO EM JOSUÉ DE CASTRO: UM PRELÚDIO

**Algunas influencias teóricas determinantes del concepto de desarrollo en Josué de Castro: un preludio**

**Quelques influences théoriques déterminantes du concept de développement dans Josué de Castro: prélude**

**Some determinants theoretical influences of the concept of development in Josué de Castro: a prelude**

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior  
Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.  
Professor de Geografia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão –  
Campus Avançado Porto Franco (IFMA - CAPF)  
[aj\\_ramone@hotmail.com](mailto:aj_ramone@hotmail.com)

Enviado para publicação em 01/07/2019 e aceito em 03/04/2020

DOI: 10.12957/tamoios.2020.43717

### Resumo

Investiga algumas influências teóricas determinantes do conceito de desenvolvimento em Josué de Castro (1908-1973), caracterizando sua origem histórica, suas principais influências teóricas, hipóteses básicas e proposições fundamentais. Particularmente, procura-se reconstituir historicamente e dialeticamente a trajetória teórica do escrito: *Crise social e desenvolvimento econômico do mundo*. Os aspectos do subdesenvolvimento em Josué foram primeiramente estudados por Giuseppe Di Taranto (1993 [1978]) que apontou a dupla influência do dualismo econômico – através da obra do economista William Arthur Lewis (1915-1991) e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) – e do neomarxismo do também economista André Gunder Frank (1929-2005) na obra de Castro. Embora Di Taranto conheça o texto *Crise social e desenvolvimento econômico do mundo* ele não se debruça sob o mesmo. Esta lacuna na importante obra de Giuseppe anuvia as insígnias contribuições teóricas advindas do economista Ragnar Nurkse (1907-1959), Vladimir Ilyich Ulyanov – Lênin – (1870-1924) e Karl Marx (1818-1883). Por conseguinte, aponta-se a contradição entre as citadas influências teóricas que resultarão num desenlace no mínimo inesperado: Josué de Castro – defensor dos camponeses e operários, crítico do colonialismo/imperialismo – acaba por sustentar o capitalismo enquanto saída para os problemas dos países subdesenvolvidos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Josué de Castro.

### Resumen

En el caso de Josué de Castro (1908-1973), investiga algunas influencias teóricas determinantes del concepto de desarrollo, caracterizando su origen histórico, sus principales influencias teóricas, hipótesis básicas y proposiciones fundamentales. En particular, se procura reconstituir histórica y dialécticamente la trayectoria teórica del escrito: *Crisis social y desarrollo económico del mundo*. Los aspectos del subdesarrollo en Josué fueron primero estudiados por Giuseppe Di Taranto (1993), que apuntó la doble influencia del dualismo económico-a través de la obra del economista William Arthur Lewis (1915-1991) y de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) - y del neomarxismo del también economista André Gunder Frank (1929-2005) en la obra de Castro. Aunque Di Taranto conozca el texto *Crisis social y desarrollo económico del mundo* no se inclina bajo el mismo. Esta laguna en la importante obra de Giuseppe anuvia las insignias contribuciones teóricas surgidas del economista Ragnar Nurkse (1907-1959), Vladimir Ilyich Ulyanov - Lenin - (1870-1924) y Karl Marx (1818-1883). Por consiguiente, se apunta la contradicción entre las citadas influencias teóricas que resultarán en un desenlace al mínimo inesperado: Josué de Castro - defensor de los

---

campesinos y obreros, crítico del colonialismo / imperialismo - acaba por sostener el capitalismo en cuanto salida a los problemas de los países subdesarrollados.

**Palabras clave:** Desarrollo; Subdesarrollo; Josué de Castro.

### Résumé

Il étudie quelques influences théoriques déterminantes du concept de développement dans Josué de Castro (1908-1973), en caractérisant son origine historique, ses principales influences théoriques, ses hypothèses de base et ses propositions fondamentales. En particulier, il cherche à reconstruire historiquement et dialectiquement la trajectoire théorique de l'écriture: crise sociale et développement économique du monde. Les aspects du sous-développement de Josué ont d'abord été étudiés par Giuseppe Di Taranto (1993 [1978]) qui a souligné la double influence du dualisme économique - à travers les travaux de l'économiste William Arthur Lewis (1915-1991) et de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes. (CEPAL) - et le néo-marxisme de l'aussi économiste André Gunder Frank (1929-2005) dans l'oeuvre de Castro. Bien que Di Taranto connaisse le texte *Crise sociale et développement économique du monde*, il ne s'appuie pas sur ce texte. Cette lacune dans l'important travail de Giuseppe évite les remarquables contributions théoriques de l'économiste Ragnar Nurkse (1907-1959), Vladimir Iliich Oulianov-Lénine (1870-1924) et Karl Marx (1818-1883). Par conséquent, la contradiction entre les influences théoriques susmentionnées qui aboutiront à un résultat inattendu est indiquée: Josué de Castro - défenseur des paysans et des travailleurs, critique du colonialisme / impérialisme - finit par retenir le capitalisme comme un moyen de sortir des problèmes des pays sous-développés.

**Mots-clés:** Développement; Sous-développement; Josué de Castro.

### Abstract

It investigates some determinant theoretical influences of the concept of development in Josué de Castro (1908-1973), characterizing its historical origin, its main theoretical influences, basic hypotheses and fundamental propositions. Particularly, it seeks to reconstruct historically and dialectically the theoretical trajectory of writing: *Social crisis and economic development of the world*. The aspects of underdevelopment in Joshua were first studied by Giuseppe Di Taranto (1993 [1978]) who pointed to the double influence of economic dualism - through the work of economist William Arthur Lewis (1915-1991) and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) - and the neo-Marxism of the economist Andre Gunder Frank (1929-2005) in Castro's work. Although Di Taranto knows the text *Social crisis and economic development of the world*, he does not lean under it. This gap in Giuseppe's important work avoids the remarkable theoretical contributions of the economist Ragnar Nurkse (1907-1959), Vladimir Ilyich Ulyanov-Lenin (1870-1924) and Karl Marx (1818-1883). Therefore, points out the contradiction between the aforementioned theoretical influences that will result in an outcome in unexpected least: Josué de Castro - defender of peasants and workers, critic of colonialism / imperialism - ends up withholding capitalism as a way out of the problems of underdeveloped countries.

**Keywords:** Development; Underdevelopment; Josué de Castro.

---

## *De te fabula narratur*

*O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido*  
(MARX, 2010 [1867], p.16)

Quando Marx publica sua *magnum opus* o capitalismo industrial já estava consolidado em Inglaterra. A revolução industrial, que inaugura a etapa homônima do modo capitalista de produção, permitiu uma apropriação ainda maior da natureza e do espaço, “elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (MARX, 2008 [1894], p.1026). O espaço geográfico inglês tornou-se mais integrado territorialmente, com a invenção da locomotiva a vapor, mas também se tornou mais integrado além-mar, já que a “Rainha dos Mares”, com seus barcos movidos a vapor, conseguia alcançar os espaços mais longínquos do globo (a exemplo da Índia).

Notadamente, o processo de industrialização que, desde o início, se mostrou um processo de colonização (o Império Britânico não nos deixa mentir), espalhou-se para França, Alemanha, Itália e Estados Unidos da América. Os países menos desenvolvidos (França, Alemanha, Itália, EUA), aqueles que largaram mais tardiamente na corrida do desenvolvimento, representavam cada vez mais a imagem do país mais desenvolvido (Inglaterra): máquinas a vapor ocupavam seus territórios; o carvão mineral fornecia-lhe a energia; desenvolvia-se as indústrias naval, têxtil e siderúrgica; e ampliava-se o trabalho assalariado.

A concorrência internacional resultou na formação de grandes monopólios/oligopólios nesse período. *Exempli gratia*: Deutsche Bank (1879); Mitsubishi Bank (1880); AT&T (1885). Novos ramos industriais eram desenvolvidos: siderurgia, petroquímica; o carvão mineral dividia espaço agora com a eletricidade e o petróleo. Todas essas inovações implicavam numa crescente apropriação da natureza, do espaço geográfico interno a cada nação, e do globo terrestre enquanto extensão dos territórios nacionais.

Consequentemente, a concorrência acirrou a disputa entre os Estados: fontes de energia, matérias-primas, mercados consumidores, tudo isso deveria ser resguardado. A solução encontrada foi o imperialismo: uma forma de colonizar, ocupar, partilhar territórios com vistas a garantir a reprodução capitalista em escala ampliada. Essa escala agora só poderia ser mundial. E se o país mais desenvolvido representa a imagem futura do menos desenvolvido, restava à França, Alemanha, Itália EUA e Japão, colonizar os mais diversos espaços geográficos, submetê-los à sua própria geografia nacional. A Conferência de Berlim (1884-1885) é representativa. A violência desse processo praticamente converteu África, Ásia e América Central em extensões territoriais da Europa Ocidental, Japão e EUA.

O capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países “avançados”. E a partilha deste “saque” faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão) que arrastam consigo toda a Terra na sua guerra pela partilha de seu saque (LÊNIN, 1987 [1917], p.11).

Estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho na qual *as novas colônias serviam de matéria-prima ao desenvolvimento dos impérios. As colônias não serviam apenas matérias-primas: elas eram as matérias-primas* que, trabalhadas e exploradas violentamente, consubstanciavam a nova fase industrial. Não apenas seus territórios eram forçadamente convertidos em zonas de especialização produtiva: uma continental *espacialização* produtiva teve lugar.

---

Corolário das disputas imperialistas, das concorrências internacionais, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – “que envolveu todas as grande potências, e na verdade, todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.31) – mostrou em escala nunca vista o quanto o capitalismo dominado pelos monopólios e pelas grandes potências poderia transformar as forças produtivas (trabalho, máquinas, ferramentas, elementos naturais, infraestrutura, técnicas, tecnologias) em forças destrutivas. Esse acontecimento foi fundamental para marcar o fim do liberalismo e do século britânico, conseqüentemente.

Os condicionantes geoeconômicos e geopolíticos que geraram a ordem mundial do século XIX se enfraqueceram, e o papel econômico, financeiro e político da Inglaterra foi erodido com a ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha no cenário internacional. No final do conflito ainda se tentou retornar à antiga ordem, mas, sem as condicionantes estruturais que lhe sustentavam, a tentativa sucumbiu em meio às crises hiperinflacionárias da década de 1920 e a Grande Depressão de 1929 (BASTOS; BRITTO, 2010, p.10)

“A Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.99). Como no modo capitalista de produção os agentes de desenvolvimento são o Estado e o Mercado o fim do liberalismo apontou para uma maior intervenção estatal na economia. É bom clarificar que o Estado já intervia na economia à época do capitalismo financeiro: os imperialismos são a prova concreta dessa articulação. O que é importante salientar é que os Estados nacionais passarão a planejar, coordenar as estratégias de desenvolvimento.

Na década de 1930 rompe-se definitivamente o padrão de comércio internacional que, supostamente, estava na base da ordem liberal. Surge, então, uma estrutura de comércio autárquica, marcada pelo nascimento de blocos de países, e a ideia de um Estado mínimo é substituída pela de um Estado ativo e interventor, com o abandono paulatino da obsessão por “finanças saudáveis”, ou seja, equilíbrio orçamentário. As experiências de intervenção são múltiplas, desde a socialdemocracia escandinava aos nacional-socialismo alemão, passando pelo New Deal americano e pelo período varguista no Brasil. Particularmente no caso dos países primário-exportadores, como o Brasil, a paralisia dos sistemas comerciais e financeiros internacionais e, conseqüentemente, a ruptura forçada da inserção econômica anterior incentivavam novos grupos sociais e políticos ligados à produção industrial para o mercado interno, que terão grande relevância na aplicação e difusão das ideias desenvolvimentistas (BASTOS; BRITTO, 2010, p.10)

O “Estado ativo” e as “experiências de intervenção” terão como uma das técnicas de mediação do desenvolvimento o planejamento econômico. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991) será um importante ponto de inflexão nesse sentido:

Outro fator ocorrido no entre guerras, que teve forte influência sobre o ambiente intelectual do pós-guerra, foi o padrão de intervenção e planejamento econômico da ex-União Soviética. Em pouco tempo esse país desencadeou um processo de industrialização intenso e veloz, com limitada utilização de recursos do exterior, e atingiu uma situação de pleno emprego, enquanto o mundo capitalista vivia o drama da Grande Depressão, e obteve expressivo progresso em educação e saúde [...] Essas políticas de planejamento tiveram forte impacto nas opções adotadas em países como Japão, Índia e Egito (BASTOS; BRITTO, 2010, p.10).

O trauma da Grande depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental,

---

estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego. Essas conquistas impressionaram mais os observadores estrangeiros de todas as ideologias, incluindo um pequeno, mas influente fluxo de turistas sócio-econômicos em Moscou em 1930-5, que o visível primitivismo e ineficiência da economia soviética, ou a implacabilidade e brutalidade da coletivização e repressão em massa de Stalin. Pois o que eles tentavam compreender não era o fenômeno da URSS em si, mas o colapso de seu próprio sistema econômico, a profundidade do fracasso do capitalismo ocidental. Qual era o segredo do sistema soviético? Podia-se aprender alguma coisa com ele? Ecoando os Planos Quinquenais da URSS, “Plano” e “Planejamento” tornaram-se palavras da moda na política (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.100-101).

Consequentemente, a rapidez com que a URSS se industrializa e se desenvolve economicamente – baseada em Planos Quinquenais – e o fato de os EUA terem iniciado a superação da Grande Depressão a partir do *New Deal* (1933-1939) são eventos comprovadores da importância política do planejamento nacional. O *New Deal* foi decisivo para recuperar a economia estadunidense. Com a retomada do crescimento econômico as economias imperialistas se conflagraram uma vez mais em escala mundial:

A ruptura do padrão de intervenção pública na economia se aprofundou durante a Segunda Guerra Mundial. As economias nacionais passaram a funcionar em situação de esforço de guerra, com alto grau de intervencionismo, conferindo ao planejamento um caráter científico e sistemático. Na política econômica, tais experiências consolidaram a revolução keynesiana, que começara com a publicação da *Teoria geral* em 1936 (BASTOS; BRITTO, 2010, p.11).

“A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.32). Ela erodiu ainda mais o poder político, econômico e militar das potências europeias. Essa decadência fez com que as potências neocoloniais ocidentais perdessem seus domínios territoriais. Tal perda foi marcada por um longo e violento processo de descolonização em África e Ásia. Esse processo culminou na independência política das ex-colônias, que agora se veem forçadas a se desenvolverem economicamente e a se constituírem politicamente enquanto Estado-Nação.

O movimento de descolonização, ocorrido na Ásia e na África, foi outro elemento de grande importância geopolítica na criação de um clima favorável a teorias e políticas de desenvolvimento econômico. O surgimento de novas nações tornou necessárias políticas específicas para elas (BASTOS; BRITTO, 2010, p.11).

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), a Guerra Fria (1945-1991) é o espaço-tempo no qual o processo de reconstrução do continente europeu se põe – novamente – na ordem do dia. A URSS lança o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON, fundado em 1949) para fazer frente aos estadunidenses, ao passo que a Europa Ocidental era reconstruída a partir do Plano Marshall. Os EUA passam a estimular o desenvolvimento dos países a partir da “estratégia Truman”:

Em seu discurso de posse, em 1949, ao lado de outras medidas, como o Plano Marshall e o auxílio militar a países que lutavam contra insurreições comunistas, o presidente norte-americano propõe um inédito e vigoroso programa de apoio ao

---

desenvolvimento de países atrasados, conhecido como o Programa ponto IV (BASTOS, BRITTO, 2010, p.11-12).

Neste tópico fica claro como o desenvolvimento pode ser pensando como uma estratégia anticomunista. Afinal, a pobreza, baixa expectativa de vida, analfabetismo, subnutrição, altas taxas de natalidade e mortalidade e, acima de tudo, a desigualdade entre os países, são evidências factuais do processo global de desenvolvimento capitalista. É o que Bastos e Britto chamam de “questão da convergência”:

[...] o crescimento de países e mesmo regiões mundiais ocorreu em velocidades muito distintas, produzindo um distanciamento nas respectivas rendas per capita. [...] a promessa ricardiana de que a especialização, com a produção industrial circunscrita aos países com vantagens comparativas nessa atividade, e o livre comércio seriam benéficos para todos revelou-se bem mais vantajosa para alguns, constatação que ajudou a enfraquecer a ideologia liberal dominante no século XIX (BASTOS; BRITTO, 2010, p.12-13).

A questão que se põe agora é: como esse conjunto de circunstâncias econômicas, sociais, geográficas, políticas e geopolíticas influenciaram teoricamente e historicamente o conceito de desenvolvimento em Josué de Castro?

Tendo em vista que o autor em tela dedicou, pelo menos, cinco escritos que tratam *diretamente* da questão do (sub)desenvolvimento, optamos por esquadrihar o primeiro texto que Josué dedica ao tema: *Crise social e desenvolvimento econômico do mundo*, de 1955<sup>1</sup>.

Os aspectos do subdesenvolvimento na ótica castreana foram primeiramente estudados por Giuseppe Di Taranto (1993 [1978]) que apontou a dupla influência do *dualismo econômico* – através da obra do economista William Arthur Lewis (1915-1991) e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) – e do *neomarxismo* do também economista André Gunder Frank (1929-2005) na obra de Josué. Embora Di Taranto conheça o texto *Crise social e desenvolvimento econômico do mundo* ele não se debruça sob o mesmo. Esta lacuna na importante obra de Giuseppe anuvia as insígnias contribuições teóricas advindas do economista Ragnar Nurkse (1907-1959), Vladimir Ilyich Ulyanov – Lênin – (1870-1924) e Karl Marx (1818-1883).

O artigo está dividido em partes. Na primeira é apresentada sua biografia e a relação social com importantes tópicos históricos. Na parte segunda, após a captura do momento histórico e sua influência na obra de Josué, nos empenhamos na dissecação do escrito em questão. As considerações finais integram a última parte.

## O autor no contexto

Josué Apolônio de Castro nasceu em 05 de setembro de 1908 em Recife-PE, e faleceu em Paris no dia 24 de setembro de 1973. Em 1923, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia mudando-se para o Rio de Janeiro, 02 anos depois, onde forma-se em Medicina na Universidade do Brasil – com 20 anos.

A Grande Depressão de 1929 “acabou com a oligárquica ‘República Velha’ de 1899-1930 e levou ao poder Getúlio Vargas” (HOBSBAWM, 1995[1994], p.110). O início da assim chamada Era Vargas (1930-1945) chamará a atenção de Josué para os problemas sócio-históricos e político-econômicos do Brasil: as oligarquias, o latifúndio, a fome, a pobreza, as moradias inadequadas.

Como reflexo de seu pensamento crítico, publica um ensaio que lhe custará a expulsão da cidade de Recife: *O ciclo do caranguejo* (1930). Segundo Di Taranto (1993 [1978], p.12), esse texto “suscitou vivo interesse no Brasil, que assistia, naqueles anos, a uma repentina modificação das suas estruturas econômicas e sociais”.

Denotando sua preocupação educacional e com a formação humana, “entre 1932 e 1933 Josué de Castro idealiza e funda, juntamente com outros intelectuais pernambucanos, a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, e passa a ser um dos seus diretores” (MELO; NEVES, 2007, p.50).

Com a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil* (1932) é aprovado em concurso “para a livre-docência da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife e é eleito representante dos docentes na congregação” (MELO; NEVES, 2007, p.30). Tais textos mostram que Josué buscava compreender o Brasil e intervir no debate político cientificamente a partir da dimensão da alimentação brasileira. Melo e Neves (2007, p.30) contam ainda que

Junto ao diretor de Saúde do estado, Décio Parreiras, Josué de Castro consegue recursos, em 1933, para realizar no Recife o 1º inquérito feito no Brasil sobre as condições de vida das classes operárias. Os resultados do inquérito não tiveram nenhuma aplicação no estado, mas foram utilizados como referências, sob as ordens de Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho, para a determinação do salário mínimo.

Resultado de sua preocupação social com as populações de baixa renda que habitavam os mocambos na capital pernambucana, Castro publica – em 1935 – um estudo sobre *Condições de Vida das Classes Operárias* no qual demonstra que “um terço da população da cidade vivia em mocambos e se alimentava precipuamente de crustáceos capturados no próprio rio e na maré sobre a qual vivia” (ANDRADE, 1995, p.111).

Em 1935, nos conta Maria Yedda Leite Linhares (2007 [2000], p.21), “transferia-se para o Rio de Janeiro onde se vinculou à equipe de educadores e cientistas que pugnavam pela transformação do ensino Universitário. Assim, integrou-se à experiência renovadora que era representada pela Universidade do Distrito Federal, na qualidade de professor de Antropologia Física”.

Lança um *Manifesto contra a fome* (1937) “para combater a subalimentação, mediante a criação de uma Associação Mundial de Luta contra a Fome – Ascofam” (DI TARANTO, 1993 [1978], p.18). O matemático/filósofo Bertrand Russell (1872-1970) e o padre Louis-Joseph Lebret (1897-1966) aderem ao *Manifesto*.

Ingressa na Universidade do Distrito Federal, para ministrar aulas de Antropologia Física em 1938. Realiza estágio (1938) no Instituto Bioquímico de Roma e ministra cursos nas universidades de Gênova, Nápoles e Roma (LINHARES, 2007 [2000]). “Dessa experiência resultou a publicação, em 1939, do estudo *Alimentazione e Acclimatazione Umana nei Tropici*” (LINHARES, 2007 [2000], p. 22). Do Velho Mundo retorna ao Brasil no mesmo ano no qual integra “o corpo docente da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil” (LINHARES, 2007 [2000], p.22).

No íterim da Segunda Grande Guerra (1939-1945) “promoveu cursos sobre Alimentação e Nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na faculdade de Medicina da Universidade do Brasil” (LINHARES, 2007 [2000], p.22). Datam de 1939 os textos *Fisiologia dos Tabus* e *Ensaio de Geografia Humana*.

Os ensaios, estudos científicos, as pesquisas, bem como sua experiência profissional e docência no ensino superior fazem Josué de Castro alcançar o clímax intelectual e projetar-se exponencialmente no plano internacional com a publicação de *Geografia da Fome* (1946). Torna-se professor de Geografia Humana – na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – em 1947 com uma tese intitulada *A cidade do Recife, Ensaio de Geografia Urbana*.

Se *Geografia da fome* trouxe para o primeiro plano científico e político do Brasil a questão da alimentação, *Geopolítica da fome* (1951) fará o mesmo no nível internacional. O reconhecimento político de Josué se expressa na eleição para presidente do Conselho da

Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), cargo que ele ocupará entre 1952 e 1955.

Ao findar o mandato de presidente do Conselho da FAO, Josué é eleito Deputado Federal por Pernambuco, cargo que vai ocupar de 1955 a 1963 pela sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sendo presidente da Comissão de Saúde da Câmara. Data de 1955 a primeira intervenção na qual Josué de Castro trata diretamente da questão foco deste artigo: *Crise social e desenvolvimento econômico do mundo*.

### Entre Nurkse e Lênin, desenvolvimento em Josué de Castro

*Crise social e desenvolvimento econômico do mundo* reflete o clima social da época da Guerra Fria (1947-1991), ou seja, foi escrito no bojo do “constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.223).

Em nenhuma outra fase da história da humanidade foram tão tensas as relações entre os homens. As tensões sociais, os conflitos ideológicos, as competições econômicas e as fricções políticas entre grupos, classes e países atingiram nos nossos dias uma tremenda intensidade, ameaçando de forma inquietadora a paz, a tranquilidade e a própria sobrevivência da civilização (CASTRO, 1955, p.161).

De fato, as tensões sociais – expressas na corrida armamentista –, os conflitos ideológicos – materializados na Guerra da Coreia (1950-1953) – e as competições econômicas – Plano Marshall e COMECON – bipolarizaram o mundo e fizeram Josué constatar “que o mundo atravessa um período de crise e revolução social de caráter universal” (CASTRO, 1955, p.162).

A razão fundante da crise social é o desequilíbrio econômico:

Um dos fatores mais constantes e efetivos das terríveis tensões sociais reinante é o desequilíbrio econômico do mundo, com as resultantes desigualdades sociais. Constitui um dos maiores perigos para a paz, como a “tranquilidade da ordem”, o profundo desnível econômico que existe entre os países economicamente bem desenvolvidos de um lado, e de outro lado, os países insuficientemente desenvolvidos (CASTRO, 1955, p.163).

Para ilustrar sua afirmação, Josué mostra uma evidência estatística recolhida pela Organização das Nações Unidas e um traço da desigualdade econômica:

De acordo com estes dados os 19 países mais ricos, contendo apenas 16% da população do mundo usufruem mais de 70% da renda mundial. Em contraste, os 15 países mais pobres onde vivem mais de 50% do efetivo humano, recebem menos de 10% da renda mundial. [...]

É a desigualdade econômica que faz com que a expectativa da vida na maioria das regiões subdesenvolvidas seja de 30 anos (27 na Índia), enquanto ela é cerca de 65 anos nas regiões bem desenvolvidas da Europa e da América do Norte (mais de duas vezes mais ampla). É o mesmo fator econômico que pesa decisivamente na probabilidade de viver das crianças nascidas no mundo dos ricos ou no mundo dos pobres, desde que a mortalidade infantil num desses mundos é de cerca de 200 por mil enquanto no outro é de apenas 30 por mil (portanto sete vezes menor). É o regime de fome crônica em que vivem até hoje cerca de 66% das populações do mundo, por imposição do pauperismo e da miséria econômica, a causa da fraqueza e do desgaste biológico que inferiorizam de maneira tão alarmante estes grupos mais pobres em comparação com os grupos ricos, bem alimentados e sadios. [...] A fome crônica e a consequente incapacidade de trabalho por falta de energia vital é um dos principais fatores da baixa produtividade de um agricultor chinês que foi calculada



---

em 1935, como 13 vezes menor que a produtividade de um agricultor norte-americano (CASTRO, 1955, p.163-164).

A princípio é importante destacar que quando Josué escreve “países insuficientemente desenvolvidos” apoia-se em importante obra do economista Ragnar Nurkse. Este conceitua “países insuficientemente desenvolvidos” as zonas que “tienen menos capital en relación com su población y sus recursos naturales” (NURKSE, 1955 [1953], p.9). Assim, apesar de reconhecer que “el capital es una condición necesaria pero no suficiente del progreso”, Nurkse termina por mistificar o conceito de capital na medida em que o entende enquanto um conjunto de “máquinas, equipamentos e materiais indispensáveis à produção” (BONENTE, 2011, p.86). Por essa via, obnubila-se justamente que capital é

determinada relação social de produção, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, e essa relação se configura numa coisa e lhe dá caráter social específico. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção convertidos em capital, os quais, em si não são capital como o ouro ou a prata em si, tampouco são moeda. São meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e condições de atividade da força de trabalho os quais se tornam autônomos em oposição à força de trabalho viva e, em virtude dessa oposição, se personificam no capital. O capital são os produtos gerados pelos trabalhadores e convertidos em potências autônomas dominando e comprando os produtores, e mais ainda são as forças sociais e a forma do trabalho com elas conexas, as quais fazem frente aos trabalhadores como se fossem propriedades do produto deles. Temos aí portanto uma determinada forma social, envolvida numa névoa mística, de um dos fatores de um processo social de produção fabricado pela história (MARX, 2008 [1894], p.1077-1078).

Como Josué de Castro opera com a noção de “países insuficientemente desenvolvidos” o horizonte prescrito para superação da insuficiência é o próprio desenvolvimento capitalista. Para se atingir tal objetivo é “condición necesaria pero no suficiente” formar capital internamente, isto é, “herramientas e instrumentos, maquinaria y servicios de transporte, planta y equipo” (NURKSE, 1955 [1953], p.10). Se o capital não for formado internamente, Josué aponta como saída os fluxos advindos do exterior: “O desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas não se pode fazer sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados oriundos das zonas mais ricas do mundo” (CASTRO, 1955, p.168).

Atrelado à concentração de renda Josué aponta também – como vimos – que a expectativa de vida, a fome e a pobreza, são resultados da desigualdade econômica. A captura científica da desigualdade econômica e suas manifestações é um dos momentos em que Josué mais se aproxima da *lei geral da acumulação capitalista*:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2011 [1867], p.748).

Dessa forma, o pauperismo – Josué utiliza a terminologia oficial –, a fome e as distintas expectativas de vida decorrem da operação da lei geral da acumulação capitalista,

quer dizer, “acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital” (MARX, 2011 [1867], p.749).

A conclusão que Josué retira das estatísticas apresentadas é a seguinte:

Verifica-se desta forma que é a fome a mais grave manifestação do pauperismo mundial, gerado pelo progresso econômico defeituoso e agravado pelo círculo vicioso que a miséria impõe: o círculo da baixa produtividade por falta de energia criadora e do consumo ínfimo por falta de produtividade que venha a criar uma razoável capacidade aquisitiva (CASTRO, 1955, p.164).

Aqui, além da terminologia oficial “pauperismo” e da constatação do progresso econômico defeituoso – uma forma de reconhecer a *lei geral da acumulação capitalista* – Josué alude mais uma vez à Ragnar Nurkse e seu conceito de círculo vicioso da pobreza:

[...] um hombre pobre puede no tener suficiente para comer; al estar desnutrido, su salud puede ser débil; al ser físicamente débil, su capacidad de trabajo es baja, lo que significa que es pobre, lo que a su vez significa que no tendrá suficiente para comer, y así sucesivamente. Una situación de este tipo, refiriéndose a un país en su conjunto, puede resumirse en el siguiente lugar común: “um país es pobre porque es pobre” (NURKSE, 1955 [1953], p.13-14).

Apesar disso, o círculo vicioso da pobreza agrava, mas não é o gerador da fome. Surpreendentemente, na busca de explicação do desequilíbrio social, Josué eterniza a fome, assim como a relação entre pobreza e riqueza ao buscar deslindar como o desequilíbrio social transformou-se em revolta social:

Mas a fome sempre existiu. Como sempre houve pobreza e miséria ao lado da riqueza e do luxo. Como se explica então que este desequilíbrio social que sempre existiu se transforme agora na mola da revolta social dos povos subdesenvolvidos e miseráveis contra os países bem desenvolvidos e ricos. A explicação reside no fato de que estes povos miseráveis ignoravam até certo ponto a realidade social do mundo e a situação diante do panorama mundial. Foi a tomada de consciência desta realidade que os despertou para a luta de reivindicações pelas necessidades básicas da vida (CASTRO, 1955, p.164-165).

Surpreendentemente, como escrevi, o cientista e professor que desnaturalizou a fome em seus textos e livros clássicos comete um lapso – nesse texto preciso – e naturaliza condições de pobreza e riqueza (“Mas a fome **sempre** existiu. Como **sempre** houve pobreza e miséria ao lado da riqueza e do luxo”). Como corolário, a consciência é alçada ao primeiro plano explicativo, subordinando por ilação a vida concreta dos “povos subdesenvolvidos e miseráveis” que “ignoravam até certo ponto a realidade social do mundo e a sua situação diante do panorama mundial”.

No entanto, como escreveram Marx e Engels:

A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real (MARX; ENGELS, [1846] 2007, p. 51).

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência (MARX; ENGELS, [1846] 2007, p. 52).

Dessa forma, não é a consciência da realidade que faz os povos “insuficientemente desenvolvidos” reivindicarem “necessidades básicas da vida”. É a vida, em sua concretude social e material, que impulsiona os povos a se revoltarem contra o

imperialismo/colonialismo – impulso esse no qual a consciência exerce um papel de mediação fundamental.

Muito provavelmente, Josué de Castro não teve tempo de rever o seu escrito para corrigir esse lapso do primado da consciência, pois logo em seguida ele escreve:

Esta consciência da desigualdade econômica e social do mundo e o conhecimento das causas que a provocam, e que tentam mantê-la, constituem o motivo principal das agitações nacionalistas, das revoltas e guerras de libertação econômica que constituem o quadro mais explosivo da revolução social em marcha (CASTRO, 1955, p.165)

Para Josué, a causa geradora da desigualdade socioeconômica é o “progresso econômico defeituoso” – relembremos – agravado pelo “círculo vicioso que a miséria impõe” – o círculo vicioso da pobreza de Ragnar Nurkse. Nesse sentido, Josué vocaliza os assim chamados subdesenvolvidos:

A verdade é que os povos chamados subdesenvolvidos já se aperceberam da profunda contradição que existe entre os preceitos morais de igualdade e humanitarismo pregados e defendidos pelos teorizantes da civilização ocidental e a crua e cínica disputa pelo lucro a que se entregam os grupos mercantilistas dominantes nos países bem desenvolvidos e industrializados do mundo. Daí sua suspeita e sua hostilidade ao colonialismo e ao imperialismo do branco, símbolos da exploração econômica que instalou no mundo a fome e a miséria numa escala sem precedentes em toda a história da Humanidade. E o que é mais grave, numa fase da história do mundo em que a técnica e a ciência prometeram um reino de felicidade e de abundância, através da utilização racional dos recursos naturais (CASTRO, 1955, p.165).

Ao capturar a percepção concreta dos povos assim chamados subdesenvolvidos, Josué acaba por demonstrar os limites da civilização ocidental: igualdade formal, egoísmo, ganância e desigualdade de desenvolvimento. São desses traços que decorrem a “suspeita” e “hostilidade ao colonialismo e ao imperialismo” – este último sendo o “domínio do capital financeiro” (LÊNIN, 1987 [1917], p.58). A fome e a miséria “numa escala sem precedentes” emanam do imperialismo, em outras palavras, “a época do capital financeiro e dos monopólios” que “provocam por toda parte o aparecimento de tendências não para a liberdade mas para dominação” (LÊNIN, 1987 [1917], p.119-120). O agravante é que num momento histórico no qual a técnica e a ciência “prometeram” um “reino de felicidade” os “países bem desenvolvidos” adotaram uma resposta neomalthusiana ao esgotamento das “riquezas fundamentais do planeta” ao aconselharem “os povos marginais a restringir a sua natalidade a fim de que sejam poupados os restos do assalto em benefício dos atuais grupos privilegiados” (CASTRO, 1955, p.165-166). Investindo contra o neomalthusianismo, quer dizer, contra o pensamento malthusiano “voltado à leitura do crescimento populacional nos países ditos subdesenvolvidos e seu reflexo mundial” (DAMIANI, 2014 [1992], p.20), Josué de Castro (1955, p.166) enumera três motivos que o fazem “compreender a justa revolta dos povos mais pobres, diante das insinuações de que devem deixar de reproduzir-se para que seja mantido o equilíbrio ora em perigo entre as possibilidades naturais e as necessidades vitais das populações do mundo”:

Primeiro, por que poder interessar a estes povos miseráveis, a manutenção de um status quo no qual sua participação no banquete da terra foi sempre reduzida a algumas migalhas jogadas, de quando em vez, da farta mesa dos ricos. Segundo, por não lhes parecer razoável procurar restabelecer o equilíbrio exatamente à custa dos mais desequilibrados, daqueles que até hoje mais sofreram as consequências desse desequilíbrio. Terceiro, porque sendo o desequilíbrio uma consequência social dos defeitos e erros das conjunturas econômicas vigentes, impostas pelas grandes

---

potências que até hoje exploraram economicamente o mundo, cabe a estes mentores da economia mundial encontrar uma salvação para a crise e não transferir o encargo para os povos até hoje dominados pela força econômica dessas grandes potências (CASTRO, 1955, p.166).

Josué assimila os interesses dos “povos mais pobres” porque entende que a pobreza desses povos sucede de uma participação desigual no “banquete da terra” que advém do desequilíbrio econômico mundial emanado do colonialismo/imperialismo. O colonialismo/imperialismo torna os “povos mais pobres” e os países “insuficientemente desenvolvidos” meios de desenvolvimento dos países desenvolvidos e ricos. É contra essa inversão desumana da economia capitalista que se volta a revolta castreana. O neomalthusianismo, quando redive o pensamento do economista Thomas Robert Malthus<sup>2</sup> (1766-1834), delimita o horizonte populacional dos assim chamados países subdesenvolvidos garantindo, na prática, a manutenção dos privilégios dos países desenvolvidos.

Para mudar esse cenário, Josué reconhece que “o realizado até hoje é bem pouca coisa diante da grandeza, da importância e da urgência da tarefa” de “promover o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos” e “combater a fome e a miséria neles reinantes” (CASTRO, 1955, p.167). Desta tarefa depende “de maneira decisiva, a segurança, a tranquilidade e a felicidade dos povos” (CASTRO, 1955, p.167). Como realizar tal tarefa?

Os organismos das Nações Unidas e os congressos internacionais discutem, a fundo, o assunto, fixando novos conceitos, levantando novas classificações e delineando novos tipos de política visando ao desenvolvimento econômicos de cada país, isoladamente, e do mundo tomado em seu conjunto unitário. Daí os planos elaborados internacionalmente para promover o desenvolvimento econômico de cada região e de cada país.

Embora o desenvolvimento econômico de cada país deva constituir uma responsabilidade nacional, é evidente e fora de dúvida que sem uma ampla cooperação internacional é bem difícil que este desenvolvimento se processe em ritmo desejável nos países pouco desenvolvidos, de forma a preservar o equilíbrio político e social do mundo (CASTRO, 1955, p.167).

Nota-se que para efetuar o desenvolvimento econômico, Josué destaca três dimensões: regional, nacional e internacional. Enquanto médico, professor e pesquisador, Castro era conhecedor do assim chamado subdesenvolvimento do Nordeste e do Brasil em suas múltiplas facetas: alimentação precária, moradias inadequadas, educação deficitária. Por isso, entendia necessária a cooperação internacional pois:

A escassez de poupanças internas e a necessidade de inverter suas disponibilidades em bens de consumo para satisfazer as necessidades básicas de suas populações impacientes por elevar seus padrões de vida torna bem difícil aos países subdesenvolvidos sair por seus exclusivos esforços do atoleiro econômico em que jazem enterrados (CASTRO, 1955, p.167).

A centralidade da “escassez de poupança” enquanto fator determinante do desenvolvimento econômico é sustentada teoricamente pelo economista William Arthur Lewis (1915-1991) em seu artigo de 1954 intitulado *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra*:

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais. Este é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). Nenhuma revolução “industrial” pode ser

---

explicada (como pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que aumentou relativamente a poupança em relação à renda nacional (LEWIS, 2010 [1954], p. 428).

Ao assimilar a interpretação de Lewis, Josué aceita um importante traço da economia neoclássica. Ademais, como “pouca ou nenhuma poupança é feita pelos trabalhadores assalariados, sendo essa tarefa exclusiva dos capitalistas (e proprietários em geral), remunerados por lucros e rendas” Lewis conclui pela necessidade de uma alteração “na distribuição da renda em benefício da classe poupadora (isto é, da classe capitalista) e isso é tanto mais possível quanto menores os salários” (BONENTE, 2011, p.89). O esquema de Lewis conduz à uma apologia do papel da burguesia no processo de desenvolvimento nacional e mundial, haja vista apenas ela tem a capacidade de poupar. É no mínimo curioso perceber como Josué apoia-se teoricamente numa dimensão neoclássica da economia – a centralidade da poupança – ao mesmo tempo em que sua prática política sempre defendeu os interesses dos trabalhadores.

De qualquer modo, ele enxerga na inversão maciça de capital nas zonas subdesenvolvidas uma condição sem a qual “não será possível promover seu adequado desenvolvimento econômico e o mundo continuará a apresentar em seu conjunto um panorama econômico de subdesenvolvimento” (CASTRO, 1955, p.168). E se queixará das grandes potências que não tem “procurado colaborar como era de esperar para uma melhoria desta situação” (CASTRO, 1955, p.168):

O desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas não se pode fazer sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados oriundos das zonas mais ricas do mundo. Ora, esse fluxo tem-se tornado, no período de após-guerra, cada vez mais escasso. Segundo os cálculos da ONU a contribuição média anual de capitais estrangeiros investidos nas áreas subdesenvolvidas tem sido da ordem de 1 e meio bilhões de dólares, quando seria necessário para mudar o nível da produtividade destas áreas um mínimo de 15 bilhões (CASTRO, 1955, p.168).

Também destaca a escassez de assistência técnica:

É verdade que as agências especializadas das Nações Unidas tais como a F.A.O., a UNESCO, a WHO, a UNICEF e outras várias se empenham em duras batalhas contra a fome, a miséria, a doença e a ignorância de enormes massas de população. Mas seus esforços são praticamente anulados pela extrema exiguidade dos seus recursos diante da extensão dos trabalhos a realizar. Basta referir que os orçamentos de todas estas organizações, reunidos, perfazem um total de cerca de 150 milhões de dólares, quantia insignificante se compararmos com as tremendas somas que são invertidas nos planos de armamento (CASTRO, 1955, p.168).

Ou seja, a corrida armamentista prejudicava as “regiões subdesenvolvidas” porque subtraía o fluxo de capitais a serem direcionados ao combate à fome, melhoria da educação e saúde digna. Exemplo desse absurdo é o da Inglaterra:

Enquanto as despesas britânicas com a defesa militar atingem a cifra astronômica de 1 bilhão e seiscentos e cinquenta milhões de libras, a sua contribuição para todos os planos internacionais de ajuda e assistência técnica ao mundo não vai além de 40 milhões de libras ou seja cerca de 2 ½ por cento das despesas com a guerra fria (CASTRO, 1955, p.168-169).

Sem embargo, a “insana corrida armamentista para a mútua destruição” (HOBBSBAWM, 1995 [1994] p.233) compromissava tão fortemente os “países bem desenvolvidos” que eles não conseguiam sequer contribuir para a criação de uma reserva alimentar em virtude da falta de recursos:

Em várias ocasiões a FAO vem tentando obter a criação de um Fundo ou Reserva Alimentar de crise para lutar contra as epidemias de fome que devastam inopinadamente grandes massas humanas, mas até hoje não obteve apoio dos países bem desenvolvidos para levar a efeito este projeto (CASTRO, 1955, p.169).

E manifesta sua desilusão:

Há três anos na Presidência do Conselho deste organismo internacional venho procurando obter o apoio internacional para concretização material deste plano, mas até hoje não foi possível transformar este sonho em realidade.

[...] Tanto a criação, de um Fundo especial das Nações Unidas para o Financiamento como a de uma Corporação Internacional de Financiamento não encontram eco entre os países mais ricos ora absorvidos em sua própria defesa através das forças das armas (CASTRO, 1955, p.169).

Josué temia que “esta atitude de miopia política” apressasse “a revolução social, agravando cada vez mais as causas de frustração, de descontentamento e de rebeldia das massas sofredoras”. A Revolução Cubana (1959) conferiu razão a este diagnóstico cirúrgico. Ao compreender a opção ocidental pelo armamento, desencanta-se quanto aos “objetivos de defesa do patrimônio cultural de nossa civilização”:

A verdade é que neste patrimônio, quase que não damos nenhuma atenção nem valor ao sofrimento e à necessidades de um bilhão e meio de seres humanos que lutam abandonados contra a fome, a miséria e as doenças que os assolam.

[...] Os países coloniais já despertaram e se empenham de corpo e alma na luta por melhores condições de vida, alvo da revolução social de nossos dias.

Daí o dilema do seu mundo à época:

Ou tomamos o partido dos pobres – o da revolução social em marcha – e como aliados os ajudamos a vencer a fome e a pobreza, ou nos colocamos contra as suas aspirações e anseios e nos arriscamos a ser esmagados no futuro por sua revolta mais do que justificada. Este o dilema dos nossos dias. Ou tomarmos o caminho dos sacrifícios e esforços pela obtenção de um mundo melhor – caminho da salvação – ou nos aliarmos às forças do imperialismo desumano, à fome, à miséria e à bomba atômica – caminho da perdição (CASTRO, 1955, p.171).

Infelizmente, no mundo de sua época e atualmente a fome e a pobreza continuam grassando: das 7,6 bilhões de pessoas no mundo<sup>3</sup>, 815 milhões passam fome<sup>4</sup>. O documento informativo da OXFAM arrola que 2017 “registrou o maior aumento no número de bilionários da história – um novo bilionário a cada dois dias”. Um aumento dessa magnitude seria suficiente “para acabar mais de sete vezes com a pobreza extrema global. Oitenta e dois por cento de toda a riqueza gerada no ano passado ficaram nas mãos do 1% mais rico e nada ficou com os 50% mais pobres”.

## Considerações Finais

O estudo do texto *Crise social e desenvolvimento econômico do mundo* permitiu-nos evidenciar a influência de Nurkse, Lênin e Marx, na crítica social do estado do mundo realizada por Josué. De Nurkse provém a proposição segundo a qual a “formação [interna] do capital” e o “fluxo intenso de capitais” são fundamentais para corrigir os problemas dos “países insuficientemente desenvolvidos”; De Lênin dimana a “hostilidade ao colonialismo e ao imperialismo”. Para Castro, o imperialismo/colonialismo era diretamente responsável pela pobreza e pela fome “numa escala sem precedentes”; e de Marx efluí a captura científica da

desigualdade econômica que, além de promover a fome e a pobreza, implica nas distintas expectativas de vida dos seres humanos.

Ademais, a influência de Lewis e Nurkse – duas importantes referências da economia assim chamada ortodoxa – termina por prescrever, em Josué, que o horizonte da superação dos “países insuficientemente desenvolvidos” é o próprio desenvolvimento capitalista. Isso leva Castro a partilhar da mistificação do conceito de capital em Nurkse e compartilhar a tese de Lewis acerca da exportação de capital.

O desenlace é no mínimo inesperado: Josué de Castro – defensor dos camponeses e operários, crítico do colonialismo/imperialismo – acaba por sustentar o capitalismo enquanto saída para os problemas dos países subdesenvolvidos.

Por conseguinte, o conceito de desenvolvimento, que pode ser extraído desse texto singular de Josué de Castro diz respeito à *superação da fome, da pobreza e da exploração humana por meio da formação e exportação de capital*. É espantoso apreender como a exportação de capital é apontada como resposta aos problemas dos “países insuficientemente desenvolvidos” ao mesmo tempo em que Josué é um crítico tenaz do colonialismo/imperialismo que tem como um dos caracteres fundamentais a “exportação de capitais” (LÊNIN, 1987 [1917], p.88).

Como nosso artigo se limitou ao primeiro texto em que Castro dedicou ao tema, é fundamental que as pesquisas futuras (1) considerem e reconsiderem o texto de Josué objetivando relacioná-lo com outros escritos do autor acerca da mesma temática; e posteriormente (2) perscrutem qual o lugar ocupado pelo desenvolvimento econômico na totalidade da obra de Josué de Castro.

## Notas

1 - Os outros quatro escritos de Josué são: (1) *Desenvolvimento econômico e bem-estar social* (1955); (2) *Le développement, virtualités et obstacles* (1964); (3) *A formação humana – chave do desenvolvimento* (1968); e (4) *Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição* (1972).

2 - Recorde-se que para Malthus (1986 [1798], p.282) “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência”.

3 - GUEVANE, Eleutério. População mundial atingiu 7,6 bilhões de habitantes. **ONU News**, Nova York, 21 de jun. 2017. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2017/06/populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes/#.WmffUqinHIU>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

4 - LAORDEN, Carlos. Fome aumenta pela primeira vez em quase 15 anos. **El Pais**, Roma, 16 de set. 2017. <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/05/internacional/1504624883\\_402058.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/05/internacional/1504624883_402058.html)>. Acesso em: 24 jan. 2018.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. A atualidade do pensamento de Josué de Castro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995, p.111-118.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; BRITTO, Gustavo. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p.7-41.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2011. 148f.

CASTRO, Josué de. Crise social e desenvolvimento econômico do mundo [1955]. In: CASTRO, Josué de. **Ensaio de Biologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. p. 161-171.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. 10ªed. 2ªreimp. São Paulo: Contexto, 2014 [1992].

- 
- DI TARANTO, Giuseppe. **Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro**. Trad. Maria de Fátima Mendes LEAL. Belém: CEJUP, 1993 [1978]. 165p.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos SANTARRITA. Revisão técnica de Maria Célia PAOLI. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Trad. Olinto BECKERMAN. 4ªed. São Paulo: Global, 1987 [1917].
- LEWIS, William Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra [1954]. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p. 413-462.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Biografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Josué de Castro: vida e obra**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [2000], p. 21-25.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio Sobre a População**. Trad. Antonio Alves CURY. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1798].
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010 [1867].
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II**; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011 [1867].
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI**; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008 [1894].
- MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (orgs.). **Josué de Castro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. 323p. (Perfis parlamentares; n. 52). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2642>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- NURKSE, Ragnar. **Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados**. Trad. Martha CHÁVEZ. México: Fondo de Cultura Económica, 1955 [1953].
-